



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Ordinária

REUNIÃO DO DIA 25 de outubro de 2023

10:00 Horas

ORDEM DO DIA

1. Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relatores e deliberação sobre consultas a promover;
2. Distribuição de iniciativas europeias e nomeação de relatores;
3. Discussão e votação dos pareceres sobre a [Proposta de Lei 109/XV/2.^a \(GOV\)](#) – Aprova o Orçamento do Estado para 2024;

Relator Parecer setorial Justiça: Deputado [Pedro Pinto \(CH\)](#)

Relatora Parecer setorial Administração Interna: Deputada [Andreia Neto \(PSD\)](#)

Relatora Parecer setorial Igualdade: Deputada [Patrícia Gilvaz \(IL\)](#)

4. Discussão e votação dos relatórios sobre as seguintes iniciativas europeias:

[COM\(2023\)516 - Proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa às associações europeias transfronteiriças;](#)

Relatora: Deputada [Romualda Nunes Fernandes \(PS\)](#)

5. Discussão e votação na especialidade das seguintes iniciativas legislativas:

A) da [Proposta de Lei n.º 82/XV/1 \(GOV\)](#) - Procede à criação da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial;

B) da [Proposta de Lei 91/XV/1 \(GOV\)](#) - Estabelece regimes excecionais de exercício do direito de voto em mobilidade e do direito de voto antecipado para a eleição do Parlamento Europeu a realizar em 2024 e discussão e votação indiciárias na especialidade, nos termos do n.º 4 do artigo 168.º e da alínea a) do artigo 164.º da



CRP, do [Projeto de Lei n.º 560/XV \(PSD\)](#) - Consagra a possibilidade de opção pelo voto por correspondência, em alternativa ao voto presencial, aos eleitores residentes no estrangeiro nas eleições presidenciais e nas eleições europeias, procedendo à vigésima terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República, à sexta alteração à Lei n.º 14/87, de 29 de abril, que aprova a lei eleitoral para o Parlamento Europeu, e à sétima alteração ao regime jurídico do recenseamento eleitoral, aprovado pela Lei n.º 13/99, de 22 de março, e assegura a implementação, nas próximas eleições europeias, de um projeto-piloto não vinculativo de voto eletrónico não presencial destinado aos eleitores residentes no estrangeiro;

C) dos Projetos de Lei n.ºs [518/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Altera diversos diplomas, alargando o direito de voto antecipado no âmbito das eleições para os órgãos das autarquias locais e melhorando o processo eleitoral nos círculos da emigração no âmbito das eleições para a Assembleia da República; e [827/XV/1.ª \(PAN\)](#) - Altera regime jurídico do referendo local, eliminando discriminações em vigor quanto aos cidadãos de estados de língua oficial portuguesa com residência legal em Portugal;

6. Fixação da redação final, nos termos do artigo 156.º do RAR, do texto relativo aos Projetos de Lei n.os [70/XV/1.ª \(PSD\)](#) - Procede à segunda alteração à Lei n.º 32/2008, de 17 de julho, que Transpõe para a Ordem Jurídica Interna a Diretiva n.º 2006/24/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de março, relativa à conservação de dados gerados ou tratados no contexto da oferta de serviços de comunicações eletrónicas publicamente disponíveis ou de redes públicas de comunicações, conformando-a com o Acórdão do Tribunal Constitucional n.º 268/2022, [79/XV/1.ª \(CH\)](#) - Altera a Lei n.º 32/2008, de 17 de julho, por forma a harmonizá-la com os preceitos constitucionais em vigor e da [Proposta de Lei n.º 11/XV/1.ª \(GOV\)](#) - Regula o acesso a metadados referentes a Comunicações Eletrónicas para fins de investigação criminal;

7. Discussão e votação do parecer sobre a interpretação e aplicação da norma do Regimento da Assembleia da República constante do n.º 3 do seu artigo 104.º, conjugado com as alíneas b) e c) do n.º 2 do seu artigo 102.º, de acordo com o pedido formulado pela Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão e endereçado à 1.ª Comissão pelo Senhor Presidente da Assembleia da República;

Relator: Deputado [Pedro Delgado Alves \(PS\)](#);

8. Discussão e votação do parecer, a pedido do Presidente da Assembleia da República, sobre a consideração da Federação Portuguesa de Futebol como entidade pública para efeitos da alínea e) do artigo 156.º da Constituição e da alínea e) do artigo 4.º do Regimento;

Relator: Deputado [Pedro Delgado Alves \(PS\)](#);

9. Discussão e votação dos seguintes requerimentos:

A) Apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição da Senhora Secretária-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP) sobre que medidas preventivas estão a ser adotadas em Portugal para acautelar possíveis riscos e ameaças terroristas em território nacional;



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

B) Apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, para audição do Senhor Ministro da Administração Interna sobre que cautelas especiais com a segurança da comunidade judaica está o Estado português a tomar;

C) Apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, para audição urgente da Senhora Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares, sobre o processo de implementação da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P e a ausência de elementos reguladores da sua atuação;

10. Admissão e distribuição de petições e discussão e votação de relatórios finais de petições;

11. Anúncio de projetos de voto e discussão e votação, nos termos dos n.ºs 7, 8 e 10 do artigo 75.º do RAR, do [Projeto de Voto 476/XV/2 \(PS\)](#) - De saudação a Claudia Goldin pelo Prémio Nobel da Economia 2023;

12. Deliberação sobre o pedido de parecer à Comissão, nos termos do n.º 5 do artigo 2.º do [Regulamento das Regras e Procedimentos para Cedência de Espaços da Assembleia da República na Organização de Eventos Promovidos por Entidade Externas](#), acerca da realização na AR de conferência a promover pelo Instituto Português de Estudos Maçónicos, com o apoio do Grémio Lusitano e do Grande Oriente Lusitano-Maçonaria Portuguesa;

13. Outros assuntos.